

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Presente Estudo decorre da necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a qualidade dos serviços prestados pela Central de Curativos, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, diante do aumento significativo da demanda por atendimento a pacientes com feridas agudas e crônicas, tais como úlceras venosas, lesões por pressão, queimaduras, feridas diabéticas e pós-operatórias.

A insuficiência ou a ausência de curativos especiais compromete diretamente a efetividade do tratamento, podendo ocasionar agravamento dos quadros clínicos, aumento do risco de infecções, prolongamento do tempo de cicatrização e elevação da demanda por atendimentos de maior complexidade, inclusive internações hospitalares, o que impacta negativamente o interesse público e a eficiência do gasto público.

Os curativos especiais são insumos essenciais para o tratamento adequado dessas condições, por possuírem tecnologias que favorecem o equilíbrio da umidade da ferida, reduzem o risco de infecção, minimizam a dor e o trauma durante as trocas e contribuem para a aceleração do processo de cicatrização. Sua utilização está alinhada às boas práticas assistenciais, aos protocolos técnicos e às evidências científicas vigentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se, portanto, de itens de alta prioridade, essenciais e urgentes para a manutenção dos serviços de saúde pública, sendo imprescindível a realização do processo de contratação para garantir o atendimento integral, humanizado e contínuo aos usuários do SUS, bem como a adequada gestão dos recursos públicos.



2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar as soluções disponíveis para o tratamento de feridas agudas e crônicas atendidas pela Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde, considerando aspectos técnicos, assistenciais, operacionais e econômicos. As principais alternativas analisadas foram:

a) Utilização exclusiva de curativos convencionais:

Apresentam menor custo unitário, porém mostram-se tecnicamente insuficientes para o tratamento de feridas complexas, crônicas ou com risco de infecção, uma vez que não oferecem controle adequado da umidade, proteção antimicrobiana, nem redução do trauma e da dor durante as trocas. Essa alternativa tende a prolongar o tempo de cicatrização, aumentar a frequência de atendimentos e elevar o risco de complicações, gerando maior custo assistencial a médio e longo prazo.

b) Aquisição de curativos especiais:

Os curativos especiais incorporam tecnologias que favorecem o equilíbrio da umidade, a proteção da lesão e a redução do risco de infecção, proporcionando melhores condições para a cicatrização, menor necessidade de trocas, redução de intercorrências e maior conforto ao paciente. Embora apresentem custo unitário superior, demonstram melhor relação custo-benefício, considerando a diminuição do tempo de tratamento, da sobrecarga assistencial e das internações evitáveis.

c) Encaminhamento dos pacientes para serviços especializados externos:

Essa alternativa implicaria aumento de custos indiretos, maior dificuldade de acesso para os usuários, possível descontinuidade do tratamento e sobrecarga de outros níveis de atenção, além de não atender plenamente aos princípios da resolutividade e da integralidade do cuidado no âmbito municipal.

Após a análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a aquisição de curativos especiais configura a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para o atendimento da demanda existente, por assegurar maior eficiência assistencial, melhor aproveitamento



dos recursos públicos e continuidade dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x)

Não ()

O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência adicional de 10% (dez por cento), prevista no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim ()

Não (x)

A contratação refere-se ao fornecimento de bens comuns, de baixa complexidade técnica e operacional, não sendo necessária a união de empresas para garantir capacidade técnica, operacional ou econômica. A participação em consórcio poderia restringir a competitividade e dificultar a gestão e a fiscalização contratual, não se mostrando vantajosa para o interesse público.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não ()

A participação de sociedades cooperativas é admitida, desde que estas atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômica previstas no instrumento convocatório, bem como às normas sanitárias e regulatórias aplicáveis ao fornecimento de produtos para a área da saúde.

Da vedação à subcontratação

Fica vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação. O objeto consiste no fornecimento de curativos especiais, classificados como bens comuns, de baixa complexidade técnica e operacional, cuja execução deve ser realizada diretamente pela empresa contratada, a qual deve possuir capacidade técnica, regularidade sanitária e responsabilidade integral sobre a qualidade, procedência e conformidade dos produtos fornecidos.



A vedação à subcontratação visa assegurar maior controle da Administração sobre a execução contratual, a rastreabilidade dos produtos, o cumprimento das exigências sanitárias e regulatórias, bem como a responsabilização direta do fornecedor em caso de inconformidades, atrasos ou descumprimento das obrigações contratuais.

Dessa forma, a vedação mostra-se compatível com o interesse público, contribuindo para a eficiência da fiscalização e para a segurança no fornecimento dos insumos destinados à assistência à saúde.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Após análise da demanda e das condições de mercado, verifica-se que não se mostra recomendável a adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades para o atendimento da presente necessidade.

A demanda por curativos especiais apresenta características próprias quanto aos tipos de materiais, quantitativos, periodicidade de fornecimento e especificações técnicas adotadas pela Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde, o que pode não estar integralmente contemplado em atas vigentes de outros entes.

Além disso, a realização de procedimento próprio permite maior adequação às necessidades locais, melhor planejamento do fornecimento parcelado, maior controle sobre prazos, qualidade dos produtos e fiscalização da execução contratual, bem como a obtenção de preços compatíveis com a realidade do mercado regional.

Dessa forma, a contratação por meio de processo licitatório próprio mostra-se mais adequada ao interesse público, à eficiência administrativa e à garantia da continuidade dos serviços de saúde.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A finalidade da norma é fomentar o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, ampliar a efetividade das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

No entanto, tal dispositivo deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. A Constituição assegura, no



processo licitatório, a igualdade de condições a todos os concorrentes. Já a nova Lei de Licitações determina que o procedimento licitatório deve observar o princípio da isonomia, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, considerando os riscos decorrentes da restrição à competitividade por meio da concessão de exclusividade e visando assegurar a ampla concorrência, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa, opta-se por não reservar o item exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, o item será aberto à participação de todos os interessados, em conformidade com os preceitos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base nos protocolos assistenciais vigentes, na frequência média de troca dos curativos, no tempo estimado de tratamento conforme o tipo de lesão e na necessidade de manutenção de estoque mínimo, de modo a assegurar a continuidade dos atendimentos e prevenir desabastecimentos que possam comprometer a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

As quantidades estimadas abrangem período suficiente para o atendimento regular da demanda prevista, incluindo margem técnica para absorver variações sazonais e casos de maior complexidade, sem caracterizar excesso ou desperdício de recursos públicos.

Ressalta-se que a presente contratação não possui interdependência com outros objetos ou processos licitatórios vigentes ou previstos, não sendo viável a consolidação com outras demandas para fins de economia de escala. Ainda assim, a estimativa foi estruturada de forma a possibilitar a aquisição em quantitativos compatíveis com a capacidade operacional da Central de Curativos e com a programação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.



5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado fornecedor, bem como na análise de valores praticados em contratações públicas similares. Com base nos levantamentos efetuados, o valor total estimado da contratação é de R\$ 177.889,50 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), valor compatível com o objeto a ser contratado e com a programação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Fase de Planejamento

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Estimativa inadequada de quantitativos, resultando em desabastecimento ou aquisição excessiva de curativos especiais.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Comprometimento da continuidade dos atendimentos da Central de Curativos, prejuízo aos tratamentos em curso, risco à saúde dos usuários e necessidade de contratações emergenciais.			
Ação Preventiva		Responsável	
Elaboração da estimativa de quantitativos com base em protocolos assistenciais, histórico de consumo, projeção da demanda decorrente da		Secretaria Municipal de Saúde / Comissão de Planejamento da Contratação.	



abertura da Central de Curativos e definição de margem técnica para variações sazonais.		
Ação de Contingência	Responsável	
Adoção de remanejamento interno de estoque, ajuste de cronograma de entregas e, se necessário, instauração de procedimento complementar para suprir eventual déficit.	Secretaria Municipal de Saúde.	
RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Seleção de fornecedor que não atenda plenamente às especificações técnicas ou às exigências sanitárias dos produtos.		
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (x) Alta
Dano		
Fornecimento de produtos inadequados, risco à segurança do paciente, atraso nos tratamentos e necessidade de substituição dos materiais adquiridos.		
Ação Preventiva	Responsável	
Definição clara e objetiva das especificações técnicas no edital, exigência de registro dos produtos junto à ANVISA e análise criteriosa da documentação de habilitação técnica dos licitantes.	Secretaria Municipal de Saúde.	
Ação de Contingência	Responsável	
Recusa do recebimento dos produtos em desconformidade, aplicação de penalidades contratuais e convocação	Fiscal do Contrato / Gestor da Contratação.	



do fornecedor remanescente, quando aplicável.	
RISCO 3	
Descrever aqui o risco: Especificação técnica insuficiente ou genérica dos curativos especiais no edital.	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
Aquisição de produtos inadequados às necessidades clínicas, aumento de trocas de curativos, prejuízo à cicatrização e ineficiência do tratamento.	
Ação Preventiva	Responsável
Elaboração das especificações técnicas com base em protocolos clínicos, evidências científicas e apoio da equipe técnica da Central de Curativos.	Comissão de Planejamento / Equipe Técnica da Saúde.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitação de adequação técnica, substituição dos produtos em desconformidade e aplicação de sanções contratuais.	Gestor da Contratação / Fiscal do Contrato.

b) Gestão do Contrato

RISCO 1	
Descrever aqui o risco: Atraso na entrega dos curativos especiais pelo fornecedor contratado.	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta



Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Interrupção do atendimento, prejuízo aos tratamentos em andamento e risco de desassistência aos usuários do SUS.			
Ação Preventiva		Responsável	
Estabelecimento de prazos claros no contrato, cronograma de entregas parceladas e acompanhamento sistemático do cumprimento contratual.		Fiscal do Contrato / Gestor da Contratação.	
Ação de Contingência		Responsável	
Aplicação das sanções previstas em contrato, ajuste emergencial de estoque e, se necessário, acionamento de fornecedor substituto.		Gestor da Contratação / Secretaria Municipal de Saúde.	
RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Armazenamento inadequado dos curativos, ocasionando perdas por vencimento ou comprometimento da qualidade.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Desperdício de recursos públicos e indisponibilidade de insumos adequados para atendimento.			
Ação Preventiva		Responsável	
Adoção de rotinas de controle de estoque, observância das orientações dos fabricantes e das normas sanitárias quanto ao armazenamento.		Equipe da Central de Curativos / Secretaria Municipal de Saúde.	



Ação de Contingência	Responsável
Redistribuição interna dos materiais dentro do prazo de validade e ajuste no planejamento de novas aquisições.	Gestor da Contratação / Secretaria Municipal de Saúde.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde, a serem utilizados no atendimento contínuo de pacientes com feridas agudas e crônicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A contratação contempla o fornecimento dos materiais conforme especificações técnicas definidas, assegurando qualidade, segurança e adequação às necessidades assistenciais do serviço.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a utilização dos curativos especiais não demanda instalação, manutenção preventiva ou corretiva, nem assistência técnica especializada, tratando-se de materiais de consumo descartáveis, cujo uso ocorre diretamente na prestação do cuidado em saúde. Os custos associados à operação restringem-se à aquisição dos insumos, ao armazenamento adequado e à capacitação já existente da equipe de saúde para sua correta utilização, não sendo necessária a realização de treinamentos adicionais por parte do fornecedor.

A reposição dos curativos ocorrerá conforme o consumo e a demanda assistencial, observada a validade dos produtos e as condições adequadas de acondicionamento, de modo a evitar perdas e desperdícios. Eventuais atualizações tecnológicas serão consideradas em futuras contratações, conforme evolução dos protocolos clínicos e disponibilidade no mercado, sem impacto direto na presente aquisição.

Quanto ao descarte final, os materiais utilizados serão eliminados de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes, especialmente aquelas relativas ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, não gerando custos adicionais além dos já previstos na rotina dos serviços.



Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com a capacidade operacional do Município, garantindo a continuidade da assistência, a eficiência do gasto público e a observância das boas práticas de gestão e cuidado em saúde.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Documentos de Habilitação Técnica e Sanitária:

- a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA;
- b) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente;
- c) Certificado de registro do produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União;
- d) Declaração do Fornecedor atestando que os produtos ofertados estão em conformidade com as normas da ANVISA;
- e) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Produtos para Saúde da ANVISA.

f) Para os itens 21, 198 e 199, não há exigência de documentação da ANVISA, Certificado de Regularidade da Farmácia ou Responsável Técnico. Entretanto, solicita-se a exigência de certificação do INMETRO, seja Selo INMETRO e/ou Certificado de Conformidade INMETRO, conforme aplicável ao produto.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.



A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a realizar a entrega dos produtos conforme os prazos e critérios estipulados, atendendo aos dias, locais e quantidades determinadas. As necessidades a serem supridas serão definidas pelo setor solicitante, que é o responsável por indicar precisamente o tipo de produto ou serviço requerido. Assim, é indispensável compreender a demanda apresentada e registrá-la de forma clara e objetiva, especificando como o produto deverá ser entregue em seu destino final, incluindo condições de acondicionamento, transporte, prazo, integridade e demais requisitos necessários para garantir a adequada utilização pela Administração.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO



9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Não será exigido atestado de qualificação técnica, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de produtos de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado e não dependentes de fabricação direta pelo fornecedor, não se mostrando necessária a comprovação prévia de capacidade técnica específica para sua adequada execução.

Qualificação Econômico-Financeira:

Será dispensada a exigência de qualificação econômico-financeira, tendo em vista que se trata de fornecimento em remessa única, de curta duração, enquadrado como aquisição de bem, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, não se configurando como contrato continuado ou de longo prazo, o que afasta a necessidade de análise mais aprofundada da capacidade financeira do fornecedor.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A contratação de curativos especiais pode gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao consumo de materiais descartáveis e à geração de resíduos de serviços de saúde decorrentes de sua utilização. Tais impactos são inerentes à natureza do objeto, classificado como material de consumo utilizado diretamente na assistência à saúde.

Como medidas mitigadoras, a Secretaria Municipal de Saúde adotará práticas de uso racional dos insumos, observando protocolos clínicos que definem a indicação adequada de cada tipo de curativo, de forma a evitar desperdícios e o consumo excessivo. O armazenamento e a utilização dos produtos seguirão rigorosamente as orientações dos fabricantes e as normas



sanitárias vigentes, contribuindo para a redução de perdas por vencimento ou acondicionamento inadequado.

Quanto ao descarte, os curativos utilizados e suas embalagens contaminadas serão destinados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do Município, atendendo às normas ambientais e sanitárias aplicáveis, não sendo possível, em razão do risco biológico, a reutilização ou reciclagem desses materiais após o uso.

No que se refere à contratação sustentável, sempre que possível, serão priorizados fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis, tais como embalagens com menor volume de material, uso de matérias-primas menos agressivas ao meio ambiente e conformidade com legislações ambientais e sanitárias. Não se aplica, para o objeto desta contratação, a exigência de baixo consumo de energia, logística reversa ou reciclagem dos produtos após o uso, em razão de sua natureza descartável e do risco à saúde pública.

Dessa forma, a contratação observa os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental, na medida do possível, sem comprometer a segurança dos usuários e a efetividade da assistência prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a realização da presente contratação, pretende-se alcançar resultados que promovam a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

A utilização de curativos especiais, por incorporarem tecnologias que favorecem a cicatrização adequada, contribui para a redução do tempo de tratamento, da frequência de trocas e da ocorrência de complicações, o que resulta na diminuição de atendimentos repetidos, encaminhamentos para serviços de maior complexidade e internações hospitalares evitáveis. Esses fatores refletem diretamente na otimização dos recursos financeiros e na redução de custos assistenciais a médio e longo prazo.

No que se refere aos recursos humanos, a adoção de materiais mais eficientes permite melhor organização do processo de trabalho das equipes de



saúde, com racionalização do tempo dedicado aos procedimentos, maior resolutividade dos atendimentos e possibilidade de ampliação da capacidade de atendimento da Central de Curativos, sem necessidade de incremento proporcional de pessoal.

Quanto aos recursos materiais, a contratação possibilita planejamento adequado de estoque, redução de perdas por uso inadequado ou vencimento e maior controle do consumo, assegurando o fornecimento contínuo dos insumos essenciais à assistência.

Dessa forma, a contratação visa garantir melhor relação custo-benefício, eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhoria da qualidade do atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento dos bens dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitações formais emitidas pela Central de Curativos, respeitados os prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato.

A adoção do fornecimento parcelado justifica-se pela natureza do objeto, composto por materiais de consumo com prazo de validade, bem como pela necessidade de garantir a continuidade dos atendimentos, evitar desabastecimentos e reduzir riscos de perdas por vencimento ou armazenamento inadequado.

Tal regime possibilita melhor planejamento do estoque, maior controle do consumo e racionalização dos recursos financeiros, sem prejuízo à obtenção de economia de escala, uma vez que os quantitativos totais estimados para a contratação permanecem previamente definidos no processo licitatório.

Dessa forma, o regime de fornecimento adotado mostra-se o mais adequado sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da eficiência e do interesse público.



13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Karen Cardoso Ubiali
Suplentes:	Nelciane Moretto Estivalet

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes com outros objetos, processos licitatórios ou contratos vigentes ou previstos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Os curativos especiais objeto desta demanda destinam-se exclusivamente à manutenção e à continuidade das atividades da Central de Curativos, não havendo necessidade de integração ou vinculação com outras contratações para sua execução.

Dessa forma, a contratação pode ser realizada de maneira autônoma, sem prejuízo à eficiência, à economicidade ou à continuidade dos serviços públicos de saúde.



15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

A presente contratação não consta prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) vigente, em razão do aumento superveniente da demanda por atendimentos e, especialmente, da abertura da Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde, fato ocorrido após a elaboração do referido planejamento.

A implantação da Central de Curativos gerou necessidade específica e contínua de fornecimento de curativos especiais, insumos essenciais para a execução dos serviços assistenciais, cuja demanda não era passível de mensuração à época da consolidação do PAC.

Ressalta-se que a ausência de previsão no Plano Anual de Contratações não inviabiliza a contratação, tendo em vista que a necessidade se encontra devidamente justificada sob a ótica do interesse público, da essencialidade do objeto e da garantia da continuidade dos serviços de saúde.

Recomenda-se, ainda, que a demanda seja considerada em futuras revisões ou elaborações do Plano Anual de Contratações, visando o fortalecimento do planejamento institucional da Administração.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia



O objeto da presente contratação classifica-se como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de curativos especiais que possuem características, especificações técnicas e padrões de desempenho objetivamente definidos, amplamente difundidos e disponíveis no mercado fornecedor. Tais produtos são de uso rotineiro nos serviços de saúde, não exigem desenvolvimento técnico específico, inovação customizada ou solução singular, sendo comercializados por diversos fabricantes e distribuidores. As exigências técnicas podem ser claramente descritas no instrumento convocatório, permitindo a comparação objetiva entre as propostas apresentadas, com julgamento baseado em critérios padronizados de qualidade e preço.

Dessa forma, a contratação enquadra-se como bens e serviços comuns, viabilizando a adoção de procedimento licitatório adequado, com observância dos princípios da competitividade, isonomia, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviços e fornecimentos (produtos) contínuos, uma vez que se refere à aquisição recorrente de curativos especiais, insumos essenciais e indispensáveis à manutenção ininterrupta das atividades da Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde.

A continuidade do fornecimento é necessária para assegurar a regularidade dos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), evitando desabastecimentos que possam comprometer tratamentos em curso e a qualidade da assistência prestada. Trata-se de materiais de consumo utilizados de forma permanente e previsível, conforme a demanda assistencial, não se caracterizando como contratação pontual ou por escopo.

Ressalta-se que a contratação não envolve regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, restringindo-se ao fornecimento contínuo de



produtos, conforme necessidades previamente estimadas e solicitações periódicas da Administração.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando as características do objeto e o modelo de fornecimento estabelecido, não se recomenda a exigência de garantia contratual, pelos seguintes motivos:

a) O objeto da contratação consiste no fornecimento de curativos especiais, classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e fornecidos por diversos fornecedores, o que reduz o risco de inadimplemento contratual;

b) Trata-se de materiais de consumo de fornecimento contínuo e parcelado, com pagamentos condicionados à efetiva entrega e ao recebimento definitivo dos produtos, o que já constitui mecanismo suficiente de mitigação de riscos para a Administração;

c) A exigência de garantia contratual poderia representar ônus excessivo aos fornecedores, especialmente aos de menor porte, restringindo a competitividade do certame, sem que haja benefício proporcional à mitigação de riscos;

d) Os riscos inerentes à contratação são considerados baixos e podem ser adequadamente gerenciados por meio das cláusulas contratuais, da fiscalização do fornecimento e da aplicação das sanções administrativas previstas em caso de descumprimento contratual.

Dessa forma, a dispensa da exigência de garantia contratual mostra-se compatível com os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, não acarretando prejuízo à segurança da contratação ou ao interesse público.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base nas análises técnicas, econômicas e administrativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de curativos especiais destinados à Central de Curativos da Secretaria Municipal de Saúde é viável, necessária e adequada para o atendimento da demanda identificada.



A solução proposta demonstra-se capaz de atender de forma eficiente e contínua às necessidades assistenciais dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a melhoria da qualidade do cuidado, a redução de intercorrências e a otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Verifica-se que a contratação está alinhada às diretrizes da política pública de saúde, à capacidade operacional do Município e à programação orçamentária vigente, não havendo impedimentos técnicos, financeiros ou legais que inviabilizem sua implementação.

Diante do exposto, conclui-se favoravelmente pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para a fase subsequente de planejamento e realização do procedimento licitatório, nos termos da legislação aplicável.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- ☒ Não se aplica

**Contratação Direta:**

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.
☒ Não se aplica

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 5 de fevereiro de 2026.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1EAC-C822-4270-ED46

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ KAREN CARDOSO UBIALI (CPF 044.XXX.XXX-89) em 08/05/2026 10:24:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 08/05/2026 12:42:03 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 08/05/2026 13:32:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NELCIANE MORETTO ESTIVALET (CPF 834.XXX.XXX-34) em 08/05/2026 15:52:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEIDIANE RIBEIRO (CPF 099.XXX.XXX-32) em 12/05/2026 09:20:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/1EAC-C822-4270-ED46>